

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 104/2021
TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2021**

O **MUNICÍPIO DE TANGARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.999/0001-01, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ALDAIR BIASIOLO, comunica aos interessados que se encontra aberta neste Município a licitação modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2021**, Processo Administrativo n.º 104/2021, visando a Execução de serviços de reforma e revitalização em diversas edificações públicas. **Os Envelopes de “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇOS” deverão ser protocolados no Setor de Licitações, localizado no Paço Municipal, na Avenida Irmãos Piccoli, nº 267, Centro, 2º andar, Tangará/SC até às 09h00min do dia 16/08/2021**, sendo que a abertura dos envelopes dará no mesmo dia às **09h00min**. A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, consoante condições estatuídas neste Edital, bem como normas da Lei Federal nº 8.666/93.

1 – DO OBJETO

1.1- A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAR PROJETO TÉCNICO DE ENGENHARIA/TOPOGRAFIA PARA LOTEAMENTO DE INTERESSE SOCIAL COM IMPLANTAÇÃO DE 105 LOTES COM METRAGEM 200M² NA LOCALIDADE "TERRENO BONENBERGER"(SENTIDO CARAVÁGIO)**, de acordo com Projeto, Memorial Descritivo e Quantitativos anexos no site da prefeitura.

1.2 - O valor máximo total global, sob pena de desclassificação é de **R\$ 99.479,60** (noventa e nove mil quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta centavos).

1.3 - Os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observadas os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc.

2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste certame qualquer empresa que satisfaça as condições estabelecidas neste Edital e cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

2.2 - A empresa proponente deverá estar cadastrada junto à Administração até o **3º (terceiro) dia anterior à data do recebimento da proposta**, observada a necessária qualificação (§ 2º do art. 22 da Lei n. 8.666/1993).

2.2.1 - Para a realização do cadastro (CRC) a empresa interessada deverá apresentar até 3º (terceiro) dia anterior à data do recebimento da proposta, no Setor de Licitações, a documentação exigida nos itens 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.4.1, onde será fornecido a Certidão de Registro Cadastral (CRC).

2.2.2 - Caso a empresa já esteja cadastrada junto a Prefeitura, providenciar a atualização dos documentos, onde todos deverão estar dentro do prazo de validade.

2.3 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação, sob pena de desclassificação:

2.3.1 - Empresas que não atenderem às condições deste Edital;

2.3.2 – Pessoas Físicas;

2.3.3 - Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio, bem como de cooperativas, quando essa última prestar serviços ligados às atividades fins e meio do Município, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, conforme Termo de Ajustamento de Conduta nº 216/05, firmado entre o Município de Tangará e o Ministério Público do Trabalho;

2.3.4 - Empresas que tenham como sócio(s), servidor(es) ou dirigente(s) de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

2.3.5 - Empresas que estejam sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial que incidam em proibição legal de contratar com a Administração Pública; Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, sob pena de incidir no previsto no Parágrafo Único do art. 97 da Lei de Licitações, ou tenham sido suspensas de participar e impedidas de contratar com o Município de Tangará.

2.4 - A participação na licitação implica na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste Edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

2.5 - As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s), sob pena de desclassificação.

2.6 - Local e horário para retirada do Edital, esclarecimentos e informações aos licitantes: Seção de Licitação do Município de Tangará, Av. Irmãos Piccoli, 267, Centro, Tangará – SC, CEP 89.642-000, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min horas e por meio do site da prefeitura: www.tangara.sc.gov.br

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1 – Será admitido apenas 01 (um) representante para cada empresa proponente, o qual deverá estar munido de Cédula de Identidade e CPF ou documento equivalente.

3.2 – Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) No caso do representante ser sócio-gerente ou diretor da empresa, o mesmo deverá apresentar o Ato Constitutivo, Contrato Social ou Estatuto da mesma, **NO QUAL ESTEJAM EXPRESSOS SEUS PODERES PARA EXERCER DIREITOS E ASSUMIR OBRIGAÇÕES EM NOME DA EMPRESA.**

b) Caso o representante não seja sócio-gerente ou diretor, o seu credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, ou termo de credenciamento (conforme modelo constante do Anexo I), sendo que deverá ser assinado pelo (s) representante (s) legal (is) da empresa com **assinatura reconhecida por verdadeiro ou semelhança em cartório, assinado perante o servidor público designado ou assinado eletronicamente**, acompanhado do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social para tal comprovação.

3.3 – NO CASO DE TRATAR-SE DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – será aplicado o que dispõem os arts. 42 e ss. da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, desde que a empresa apresente a Declaração conforme Anexo V.

3.4 – Caso a empresa não possa enviar um representante para se fazer presente no momento da sessão de julgamento e também renuncie ao direito a interposição de recurso nas fases de habilitação e/ou proposta, pode incluir uma declaração renunciando ao direito supracitado.

3.5 - A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada FORA DOS ENVELOPES de proposta e documentação, em 01(uma) via original, cópia autenticada por tabelião ou ainda, fotocópia não autenticada **DESDE QUE SEJAM EXIBIDOS OS ORIGINAIS PARA AUTENTICAÇÃO POR SERVIDOR DESIGNADO.**

3.6 - A não apresentação do credenciamento não implica a inabilitação do licitante, mas o impede de manifestar-se nas sessões contra as decisões tomadas pela Comissão de Licitações.

3.7 - Por motivo de força maior ou quando da necessidade de realização de nova sessão pública, a empresa poderá credenciar novo representante legal, desde que este atenda às condições de credenciamento.

4 – DA HABILITAÇÃO

4.1 – Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo no envelope a seguinte indicação:

**MUNICÍPIO DE TANGARÁ
TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2021
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 – “HABILITAÇÃO”**

4.2 – No Envelope de Habilitação deverão estar inseridos os seguintes documentos:

4.2.1 – Quanto à Habilitação Jurídica

4.2.1.1 - Registro Comercial no caso de empresa individual, ou

4.2.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição

de seus administradores, ou

4.2.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.2.2 – Quanto a Regularidade Fiscal e Trabalhista

4.2.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.2.2.2 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02, de 31/08/2005).

4.2.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;

4.2.2.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;

4.2.2.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

4.2.2.6 - Prova de regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme determinado pela Lei 12.440/2011;

OBS: Todas as Certidões devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e das propostas;

4.2.3 - Quanto à Qualificação Técnica

4.2.3.1 - Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em nome da empresa licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e proposta de preço, com habilitação para execução de serviços semelhantes ao objeto deste edital, emitida pelo Conselho da jurisdição da sede da empresa licitante, com responsáveis técnicos competentes para o referido objeto.

4.2.3.2 - Comprovação de aptidão do profissional vinculado à empresa proponente, por execução de serviços de características semelhantes às do objeto deste Edital, mediante a apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado pelo CREA ou pelo CAU;

4.2.3.3 - Acervo técnico emitido pelo conselho de classe referente à comprovação apresentada no item 4.2.3.2.

4.2.4 - Quanto à Qualificação Econômico-Financeira

4.2.4.1 – Certidão negativa de recuperação fiscal/falência/concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida(s) até 60 (sessenta) dias antes da data limite para apresentação das

propostas.

4.2.4.1.1 – Para as empresas sediadas no estado de Santa Catarina, a presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>.

4.2.5 - Declaração expressa de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do ANEXO IV assinada pelo representante legal da empresa.

4.2.6 - Declaração Negativa de Impedimentos para Participar de Processo Licitatório (Anexo VI).

4.2.7 - Declaração que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (Anexo VII).

4.3 - Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias contados da expedição.

4.4 - Os documentos apresentados poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por qualquer membro da Comissão. **Não serão aceitas fotocópias de documentos ilegíveis.**

4.5 - A Comissão de Licitação procederá à abertura dos envelopes contendo os documentos para habilitação, os quais serão rubricados e examinados pelo(s) representante(s) dos proponente(s) devidamente credenciados, que se encontrarem presentes e pelos membros da Comissão.

4.6 - A Comissão de Licitação verificará imediatamente o atendimento às exigências do Edital e inabilitará, liminarmente, quem não tenha correspondido aos requisitos para habilitação.

4.7 – O(s) envelope(s) nº 2 – PROPOSTA do(s) licitante(s) inabilitado(s), estará(ão) disponível(is), intacto(s) em seu(s) fecho(s), para retirada na Seção de Licitação do Município, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias. Caso o(s) licitante(s) não o faça(m), este(s) será(ão) destruído(s) após o resultado final da licitação.

5 – DA PROPOSTA

5.1 - A proposta de preço deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2021
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 – “PROPOSTA DE PREÇOS”

5.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) A proposta em uma via, original, sem rasuras, emendas ou borrão, conforme formulário **Anexo II** ou formato “Betha” anexo, contendo as informações da empresa, devidamente assinada e rubricada em todas as folhas, obrigatoriamente pelo proprietário da empresa e/ou seu representante legal;
- b) Deve conter a identificação da empresa, o valor total da proposta, as condições da proposta, e o prazo de validade da proposta sendo que nunca será menor de 60 (sessenta) dias; (caso a proposta esteja omissa quanto à validade será considerada o prazo de 60 dias).
- c) Deve ser apresentada no formulário **ANEXO III** os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos.

5.3 - O proponente deverá cotar todos os itens e subitens, discriminando os valores de cada item em moeda corrente nacional os preços, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos.

5.4 - Para maior comodidade e agilidade no certame o Município disponibilizará aos licitantes, formulário proposta para preenchimento por meio do software “Betha Auto Cotação”. Este não será obrigatório.

5.5 - Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

5.6 – As PROPOSTAS serão abertas após conclusão dos trabalhos de habilitação, feitos pela Comissão encarregada da Licitação.

5.7 – As PROPOSTAS serão analisadas, avaliadas e classificadas pela Comissão de Licitação, com base nas especificações expressas no Edital.

5.7.1 – De igual forma quanto ao procedimento utilizado na reunião de habilitação, será lavrada ata circunstanciada da sessão de abertura das PROPOSTAS, a qual será assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes/proponentes, onde constarão as eventuais observações.

5.7.2 - A comissão de licitação poderá solicitar parecer e auxílio de engenheiro civil para emitir parecer técnico.

6 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 – No julgamento das propostas a Comissão levará em consideração o critério de **menor preço global**, obedecidas às normas e condições do edital e seus anexos e os dispositivos contidos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 – Na reunião de habilitação serão processadas as seguintes análises:

- a) quantitativa e formal dos documentos apresentados;
- b) do conteúdo, vigência e veracidade dos documentos apresentados relativos à empresa.

6.3 – A Comissão de Licitação divulgará o resultado do julgamento da fase HABILITAÇÃO no Site da Prefeitura Municipal caso não ocorra o julgamento na mesma sessão de abertura, acesso em:

<https://www.tangara.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaItem/21802>

6.4 – A análise das propostas dos proponentes habilitados será realizada com observância dos seguintes procedimentos:

a) O julgamento final da licitação será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento dos envelopes;

b) Após a análise individual das propostas, devidamente conferidas e/ou corrigidas, será elaborado o mapa comparativo de preços, para então ser encaminhado, se for o caso, à homologação pela autoridade competente;

c) Será adotado como critério de julgamento da presente licitação o MENOR PREÇO GLOBAL;

d) Verificada a absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, obedecido ao disposto no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro procedimento;

e) A Comissão de Licitação divulgará o resultado do julgamento da fase PROPOSTA no Site da Prefeitura Municipal acesso em:

<https://www.tangara.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaItem/21802> e facultativamente comunicará diretamente aos licitantes via e-mail;

f) A adjudicação da proposta classificada em primeiro lugar somente ocorrerá após esgotados os prazos dos recursos administrativos.

6.5 - Para fins de julgamento das propostas de preços, será considerado empate:

6.5.1 – Nas situações em que duas ou mais apresentarem o mesmo valor deverá observar o critério de desempate previsto na Lei 8666/93.

6.6 – Serão desclassificadas as propostas:

a) que não atendam às exigências do ato convocatório desta licitação;

b) com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis;

c) que não contiverem informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado;

d) que omitirem informações consideradas essenciais para análise, julgamento e execução do serviço;

e) que deixarem de cotar algum item ou subitem da planilha quantitativa;

f) das empresas declaradas inidôneas, ou que estejam cumprindo suspensão de direito de licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.7 – É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão

posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

7 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

7.1 – O objeto desta licitação será contratado com a proponente classificada em primeiro lugar.

7.2 – A proponente vencedora, após adjudicação e homologação, será notificada para celebrar o contrato e deverá fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias.

7.2.1 – A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, dentro do prazo previsto para a contratação, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando às penalidades previstas no presente Edital e as previstas em lei.

8 – DO PRAZO E GARANTIA DOS SERVIÇOS.

8.1 – O presente contrato terá vigência de 01 (um) ano contado de sua assinatura, podendo, se necessário ser prorrogado nos termos na lei 8.666/93.

8.2 - Os serviços deverão ser executados conforme o cronograma abaixo, podendo, se necessário, ser prorrogado nos termos na lei 8.666/93.

Levantamentos	Prazo
Análise de documentação do imóvel	30 dias
Levantamento do Perímetro do imóvel poligonal classe III	30 dias
Levantamento Planialtimétrico cadastral	30 dias
Elaboração do pré-projeto	
Elaboração do pré-projeto geométrico	45 dias
Elaboração do pré-projeto viário	45 dias
Elaboração do pré-projeto pluvial	45 dias
Elaboração do projeto definitivo	
Elaboração do projeto geométrico e terraplanagem	90 dias
Elaboração do projeto pavimentação e acessibilidade	90 dias
Elaboração do projeto pluvial	90 dias
Elaboração do projeto hidráulico (aprovado pela CASAN)	120 dias
Elaboração do projeto elétrico (aprovado pela CELESC)	120 dias
Elaboração do projeto de esgoto sanitário	120 dias
Elaboração de estudos ambientais	
Elaboração dos estudos ambientais	180 dias
Aprovação da Licença ambiental prévia (LAP)	180 dias
Aprovação da licença ambiental de instalação (LAI)	180 dias

Aprovação da licença ambiental de operação (LAO)	180 dias
Obtenção das licenças/supressão e congêneres	180 dias
Implantação do loteamento	
Locação das áreas (aproximadamente 105 lotes)	180 dias
Locação e nivelamento viário (aproximadamente 8,500m ²)	180 dias

8.2.1 - A licitante vencedora deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias corridos a contar da data de emissão da Ordem de Serviço, sob pena de rescisão contratual.

8.2.2 - Caso haja necessidade de prorrogação dos prazos de execução dos serviços, a licitante vencedora deverá solicitar por escrito, devidamente protocolizado, no prazo de 15 (quinze) dias antes do término dos prazos previstos no item 9.1. Os pedidos de prorrogação de prazo deverão estar devidamente justificados e comprovados.

8.3 - Os serviços serão considerados realizados após aprovação por parte da fiscalização da obra.

8.4 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em partes, quando em desacordo com a especificação constante no edital e seus anexos, devendo ser refeito no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.5 – Caso haja alguma alteração nas leis ou normas pertinentes à execução contratual, a empresa ficará obrigada a realizar todas as alterações que se fizerem necessárias para adequar-se.

9 – DA CONTRATAÇÃO

9.1 – A empresa vencedora deverá assinar o Contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da notificação para este fim, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e neste Edital.

9.2 – O contrato, atendendo às disposições de ordem legal que regem a matéria, vinculará as normas gerais desta licitação.

9.3 – A assinatura do contrato pela licitante vencedora poderá ser efetuada mediante assinatura eletrônica, com certificado digital do representante legal da empresa; através de assinatura de documento físico, efetuada mediante o comparecimento do representante legal da empresa; ou através de envio da ata de registro de preços assinada através do correio.

9.4 – Caso a proponente, declarada vencedora, se recuse a assinar o contrato respectivo, dentro do prazo previsto no item 10.1, poderá o Município de Tangará, sem prejuízo de aplicação de penalidades à desistente, optar pela contratação das proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente o Município de

Tangará não preferir revogar a presente licitação.

9.5 – Os serviços somente serão iniciados após a emissão da competente **Ordem de Serviço/Solicitação de Fornecimento**.

10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas para a execução do objeto do presente certame correrão à conta de dotação específica do orçamento terão a seguinte classificação orçamentária:

51 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade 2029

3.3.90.39.05.0149 – Aplicações Diretas

11- DO PAGAMENTO

11.1 - O pagamento se dará em duas etapas, sendo elas: 1ª etapa) 70% do valor do contrato após a entrega da Licença Ambiental de Implantação juntamente com os projetos geométrico, de pavimentação e pluvial; 2ª etapa) 30% do valor do contrato após a entrega da Licença Ambiental de Operação, juntamente com a aprovação dos projetos nos órgãos competentes.

11.2 - O pagamento será feito mediante emissão de boletim de medição, dados pela fiscalização e consequente emissão de nota fiscal por conta da contratada. Os valores do boletim e os dados passados pela fiscalização e da nota fiscal devem ser correspondentes.

11.2.1- O pagamento será feito após emissão de boletim de medição pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Tangará e posterior emissão de Nota Fiscal por parte da contratada.

11.3 O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após a emissão e apresentação da Nota Fiscal Eletrônica NF-e, modelo 55 – DANFE, a qual entrou em vigor a partir de 01/04/2011.

11.4 - A Nota Fiscal/Fatura deverá conter a descrição do item, preço unitário e total, de conformidade com a proposta da contratada.

11.5 – Devem ainda constar na Nota Fiscal o número do respectivo Processo Licitatório, assim como da Solicitação de Fornecimento e o número da conta bancária da empresa.

11.6 – Juntamente com a Nota Fiscal, a empresa é obrigada a apresentar a documentação listada nos itens 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.4.1 vigente, provando manter todas as condições de habilitação e qualificação necessárias para contratação com a Administração Pública.

11.7 – O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: nfe@tangara.sc.gov.br ou contabil@tangara.sc.gov.br para seu devido pagamento.

11.8 - As notas que não estiverem de acordo com o item 12.4, 12.5 e 12.6 não serão aceitas.

11.9 - Existindo algum imposto ou contribuição que incida sobre o objeto contratado, este será retido para posterior recolhimento e tal valor deverá ser destacado na nota fiscal conforme a legislação vigente Municipal, Estadual e Federal.

12- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 - Enviar Ordem de Serviço após aprovação da licitação.

12.2 - Realizar os pagamentos conforme previsto no item 12 do Presente Edital.

12.3 - Realizar fiscalização.

13 – DA FORMA DE EXECUÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 - Executar os serviços contratados somente com prévia e expressa autorização formal do Município, através do recebimento da Solicitação de Fornecimento;

13.2 - Os serviços deverão seguir na íntegra as orientações da contratante.

13.3 - Utilizar suas próprias ferramentas e equipamentos para execução dos serviços, sendo que deverão ser normatizados e de boa qualidade.

13.4 - Serão de inteira responsabilidade da contratada as despesas com pessoal, impostos, alimentação, transporte e material para realização de levantamentos e demais serviços que se fizerem necessários para a execução do objeto licitado. A contratada deverá se comprometer a fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e Equipamento de Proteção Coletiva – EPC's onde for necessário.

13.5 - Responsabilizar-se por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da prestação de serviço, inclusive perante terceiros;

13.6 - Assumir a responsabilidade pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando na ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do Município;

13.7 - Manter a ética e o sigilo nos dados e informações que tenham acesso, quando da prestação dos serviços;

15.8 - Responsabilizar-se por toda e qualquer má execução do serviço prestado;

13.9 - Manter-se durante a vigência do presente instrumento nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal e qualificação;

13.10 - Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo do Município, em decorrência da execução dos serviços, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras

sanções cabíveis;

13.11 - Permitir a contratante fiscalizar os serviços durante a execução deles, caso seja necessário;

13.12 - A licitante vencedora deverá observar e fazer cumprir as normas regulamentadoras e legislações pertinentes.

13.13 - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante a contratada e com seus profissionais contratados, sendo da responsabilidade do contratado o deslocamento, estadia, alimentação, transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

13.14 - A empresa contratada fica na responsabilidade de realizar e entregar todos os serviços e acessórios e o que for parte complementar para conseguir as licenças ambientais.

14 – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATO E SERVIÇOS

14.1 - A fiscalização do contrato oriundo deste processo ficará a cargo do(s) servidor (es) abaixo mencionado(s) devidamente nomeado pela Portaria nº 513 de 6 de novembro de 2018.

a) Fiscal de Contrato: LARISSA VENDRUSCOLO, telefone (049) 3532-7451, e-mail: engenharia@tangara.sc.gov.br.

14.2 - Promover, por intermédio de servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

14.3 – A fiscalização do Município poderá impugnar qualquer trabalho que não satisfaça as condições estabelecidas, sendo a licitante vencedora obrigada a refazer qualquer trabalho rejeitado pelo Município de Tangará, sem qualquer ônus para a contratante.

14.4 - Comunicar imediatamente o contratante sobre qualquer defeito apresentado nos serviços executados.

14.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratante.

14.6 - Zelar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.7 - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

14.8 - A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

15 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato o Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

15.2 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

15.3 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

16 – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

16.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente;
- d) descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

16.2 – Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

17 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1 - Os recursos interpostos às decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitações somente serão acolhidos nos termos do Capítulo V da Lei nº 8.666/93, no prazo definido na lei e protocolado no Departamento de Protocolo do Paço Municipal ou por e-mail (através do e-mail licita2@tangara.sc.gov.br) dentro dos prazos legais.

17.2 – Somente será objeto de apreciação recursos/impugnações previstos na Lei nº 8.666/93, quando devidamente protocolados no Departamento de Protocolo localizado no Paço Municipal, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min ou por e-mail.

18 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

18.1 - Decairá do direito de impugnar os termos desta licitação perante a Administração, a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas conforme dispõe o art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93 (não será computado para a contagem do referido prazo o dia da sessão do certame), hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

18.1.1- Será admitida a impugnação do edital via e-mail (através do e-mail licita2@tangara.sc.gov.br) ou protocolada junto ao Departamento de Protocolo do Paço Municipal.

18.1.2- Caberá à autoridade competente decidir sobre a impugnação interposta.

18.1.3- Se procedente e acolhida à impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.2 - Decairá do direito de impugnar os termos desta licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

19.2 – Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação servidor ou agente político da Contratante.

19.3 – Não serão aceitos Envelopes protocolados fora do horário previsto no preâmbulo deste Edital, ficando a licitante que incorrer em tal situação automaticamente excluída do certame;

19.4 – É reservado ao Município de Tangará, antes da assinatura do contrato, o direito de, por despacho motivado de que dará ciência aos licitantes, anular esta licitação ou revogá-la, na forma do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

19.5 – Quaisquer questões decorrentes da execução do contrato, que possam ser suscitadas entre o Município de Tangará e o contratado, serão resolvidos de acordo com a legislação vigente.

19.6 – É facultada a Comissão de Licitações:

a) promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta;

b) solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvidas e/ou julgar necessário para a eficiente elucidação de eventuais questionamentos;

c) dirimir no ato, quaisquer controvérsias fúteis e improcedentes, que bem indiquem a intenção dos seus autores de impedir, fraudar ou perturbar os atos licitatórios;

d) relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios da licitação;

e) convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas;

f) desclassificar as propostas que não atenderem as exigências contidas neste Edital.

19.7 – A apresentação da proposta de licitação fará prova de que a proponente:

a) examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus Anexos, que os comparou entre si e obteve do Município as informações necessárias, antes de apresentá-la;

b) conhece todas as especificações e condições de execução do objeto do Edital;

c) considerou que os elementos desta licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

19.8 – É designado o Foro da Comarca de Tangará para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes da execução do contrato.

19.9 – A presente licitação rege-se pelos dispositivos contidos neste Edital e pelas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e, no que couber, na legislação vigente.

19.10 – Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - Credenciamento;

ANEXO II - Proposta padronizada de preços;

ANEXO III - Dados Bancários e Dados do Representante Legal;

ANEXO IV - Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

ANEXO V - Modelo da declaração de enquadramento como MEI, ME ou EPP;

ANEXO VI - Declaração Negativa de Impedimentos para Participar de Processo Licitatório;

ANEXO VII - Modelo que não possui em seu quadro de empregados Servidores Públicos;

ANEXO VIII - Minuta do Contrato;

ANEXO IX – Termo de Referência.

ALDAIR BIASIOLO
Prefeito Municipal

ANEXO I
TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2021
CRENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr(a)., portador da Cédula de Identidade nº e inscrito(a) no CPF sob nº....., a participar da licitação instaurada pelo Município de Tangará, na modalidade Tomada de Preço nº 010/2021, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, CNPJ nº....., bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, _____, de _____ de 2021.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



ANEXO II
TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2021
PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social:	_____		
Nome Fantasia:	_____		
Endereço:	_____		
Bairro:	_____	Município:	_____
Estado:	_____	CEP:	_____
Fone/Fax:	_____		
E-mail:	_____	Telefone:	_____
CNPJ:	_____		
Inscrição Estadual:	_____		
Inscrição Municipal:	_____		

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: _____ dias.

Prazo de execução: _____ .

3. VALOR DA PROPOSTA:

Pela execução do objeto desta Tomada de preços fica proposto o valor total de R\$ _____ (_____).

4. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas e outros.

ANEXO III
TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2021

1. DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:

ANEXO IV

TOMADA DE PREÇOS 010/2021

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

_____, CNPJ n° _____,
_____, sediada na _____

DECLARA, para fins do disposto no Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (*).

_____, _____, de _____ de 2021

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)*

ANEXO VI

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2021

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Apresentar no credenciamento fora dos envelopes)

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme §1º do art. 18A.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- MICROEMPRESA**, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ de 2021.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

ANEXO VII
TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2021

**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE IMPEDIMENTOS PARA
PARTICIPAR DE PROCESSO LICITATÓRIO**

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____
DECLARA, sob as penas da lei, que esta proponente não incorre em qualquer das seguintes situações:

- a) Ter sido declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Ter sido apenada com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- c) Impedida de licitar, de acordo com o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Ainda, comprometo-me a informar a ocorrência de fato superveniente, impeditivo da habilitação e qualificação exigidas no Edital.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, _____, de _____ de 2021.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal (is) da empresa

ANEXO VIII
TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2021

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA SERVIDORES PÚBLICOS

_____, CNPJ nº _____, DECLARA, que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerencia, administração ou tomada de decisão.

_____, _____, de _____ de 2021.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

ANEXO X

**TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2021
MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO**

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Irmãos Piccoli, 267, centro, inscrito no CNPJ sob nº 82.827.999/0001-01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **ALDAIR BIASIOLO**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa [...], pessoa jurídica de direito privado, situada na [...], na cidade de [...], inscrita no CNPJ. sob o n.º [...], neste ato representada pelo Sr....., doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam e contratam o objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, no Processo Administrativo Licitatório nº 104/2021, Tomada de preços nº 010/2021; na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores; nos princípios que informa o Direito Administrativo; e supletivamente, nas normas e princípios de Direito privado pertinentes.

DO FUNDAMENTO LEGAL

Esse contrato rege-se pelas normas previstas na Lei n. 8.666/93, bem como pelas normas estabelecidas no Edital Convocatório da Licitação nº 104/2021 e princípios gerais que informam o Direito Administrativo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAR PROJETO TÉCNICO DE ENGENHARIA/TOPOGRAFIA PARA LOTEAMENTO DE INTERESSE SOCIAL COM IMPLANTAÇÃO DE 105 LOTES COM METRAGEM 200M² NA LOCALIDADE "TERRENO BONENBERGER"(SENTIDO CARAVÁGIO)**, de acordo com Projeto, Memorial Descritivo e Quantitativos e descrição a seguir:

1.2 - Os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observadas os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

2.1 – O valor total do presente contrato é de R\$......

2.2 - O pagamento se dará em duas etapas, sendo elas: 1ª etapa) 70% do valor do contrato após a entrega da Licença Ambiental de Implantação juntamente com os projetos geométrico, de pavimentação e pluvial; 2ª etapa) 30% do valor do contrato após a entrega da Licença Ambiental de Operação, juntamente com a aprovação dos projetos nos órgãos competentes.

2.3 - O pagamento será feito mediante emissão de boletim de medição, dados pela fiscalização e consequente emissão de nota fiscal por conta da contratada. Os valores do boletim e os dados passados pela fiscalização e da nota fiscal devem ser correspondentes.

2.3.1- O pagamento será feito após emissão de boletim de medição pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Tangará e posterior emissão de Nota Fiscal por parte da contratada.

2.4 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão e apresentação da Nota Fiscal Eletrônica NF-e, modelo 55 – DANFE, a qual entrou em vigor a partir de 01/04/2011.

2.5 - A Nota Fiscal/Fatura deverá conter a descrição do item, preço unitário e total, de conformidade com a proposta da contratada.

2.6 – Devem ainda constar na Nota Fiscal o número do respectivo Processo Licitatório, assim como da Solicitação de Fornecimento e o número da conta bancária da empresa.

2.7 – Juntamente com a Nota Fiscal, a empresa é obrigada a apresentar a documentação listada nos itens 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.4.1 vigente, provando manter todas as condições de habilitação e qualificação necessárias para contratação com a Administração Pública.

2.8 – O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: nfe@tangara.sc.gov.br ou contabil@tangara.sc.gov.br para seu devido pagamento.

2.9 - As notas que não estiverem de acordo com o item 12.4, 12.5 e 12.6 não serão aceitas.

2.10 - Existindo algum imposto ou contribuição que incida sobre o objeto contratado, este será retido para posterior recolhimento e tal valor deverá ser destacado na nota fiscal conforme a legislação vigente Municipal, Estadual e Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, VIGÊNCIA E GARANTIA DOS SERVIÇOS.

3.1 – O presente contrato terá vigência de 01 (um) ano contado de sua assinatura, podendo, se necessário ser prorrogado nos termos na lei 8.666/93.

3.2 - Os serviços deverão ser executados conforme o cronograma abaixo, podendo, se necessário, ser prorrogado nos termos na lei 8.666/93.

Levantamentos	Prazo
Análise de documentação do imóvel	30 dias
Levantamento do Perímetro do imóvel poligonal classe III	30 dias

Levantamento Planialtimétrico cadastral	30 dias
Elaboração do pré-projeto	
Elaboração do pré-projeto geométrico	45 dias
Elaboração do pré-projeto viário	45 dias
Elaboração do pré-projeto pluvial	45 dias
Elaboração do projeto definitivo	
Elaboração do projeto geométrico e terraplanagem	90 dias
Elaboração do projeto pavimentação e acessibilidade	90 dias
Elaboração do projeto pluvial	90 dias
Elaboração do projeto hidráulico (aprovado pela CASAN)	120 dias
Elaboração do projeto elétrico (aprovado pela CELESC)	120 dias
Elaboração do projeto de esgoto sanitário	120 dias
Elaboração de estudos ambientais	
Elaboração dos estudos ambientais	180 dias
Aprovação da Licença ambiental prévia (LAP)	180 dias
Aprovação da licença ambiental de instalação (LAI)	180 dias
Aprovação da licença ambiental de operação (LAO)	180 dias
Obtenção das licenças/supressão e congêneres	180 dias
Implantação do loteamento	
Locação das áreas (aproximadamente 105 lotes)	180 dias
Locação e nivelamento viário (aproximadamente 8,500m ²)	180 dias

3.2.1 - A licitante vencedora deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias corridos a contar da data de emissão da Ordem de Serviço, sob pena de rescisão contratual.

3.2.2 - Caso haja necessidade de prorrogação dos prazos de execução dos serviços, a licitante vencedora deverá solicitar por escrito, devidamente protocolizado, no prazo de 15 (quinze) dias antes do término dos prazos previstos no item 9.1. Os pedidos de prorrogação de prazo deverão estar devidamente justificados e comprovados.

3.3 - Os serviços serão considerados realizados após aprovação por parte da fiscalização da obra.

3.4 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em partes, quando em desacordo com a especificação constante no edital e seus anexos, devendo ser refeito no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

3.5 – Caso haja alguma alteração nas leis ou normas pertinentes à execução contratual, a empresa ficará obrigada a realizar todas as alterações que se fizerem necessárias para adequar-se.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão a conta do orçamento que terão a seguinte classificação orçamentária:

51 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade 2029

3.3.90.39.05.0149 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93; na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 02 (dois) anos; e multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor contratado;

5.2 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 e 79 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – O CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário.

7.2 - A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

7.3 - A fiscalização do contrato oriundo deste processo ficará a cargo do(s) servidor (es) abaixo mencionado(s) devidamente nomeado pela Portaria nº 513 de 6 de novembro de 2018.

a) Fiscal de Contrato: LARISSA VENDRUSCOLO, telefone (049) 3532-7451, e-mail: engenharia@tangara.sc.gov.br.

7.4 - Promover, por intermédio de servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

7.5 – A fiscalização do Município poderá impugnar qualquer trabalho que não satisfaça as condições estabelecidas, sendo a licitante vencedora obrigada a refazer qualquer trabalho rejeitado pelo Município de Tangará, sem qualquer ônus para a contratante.

7.6 - Comunicar imediatamente o contratante sobre qualquer defeito apresentado nos serviços executados.

7.7 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratante.

7.8 - Zelar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.9 - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

7.10 - A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE EXECUÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Executar os serviços contratados somente com prévia e expressa autorização formal do Município, através do recebimento da Solicitação de Fornecimento;

8.2 - Os serviços deverão seguir na íntegra as orientações da contratante.

8.3 - Utilizar suas próprias ferramentas e equipamentos para execução dos serviços, sendo que deverão ser normatizados e de boa qualidade.

8.4 - Serão de inteira responsabilidade da contratada as despesas com pessoal, impostos, alimentação, transporte e material para realização de levantamentos e demais serviços que se fizerem necessários para a execução do objeto licitado. A contratada deverá se comprometer a fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e Equipamento de Proteção Coletiva – EPC's onde for necessário.

8.5 - Responsabilizar-se por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da prestação de serviço, inclusive perante terceiros;

8.6 - Assumir a responsabilidade pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando na ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do Município;

8.7 - Manter a ética e o sigilo nos dados e informações que tenham acesso, quando da prestação dos serviços;

8.8 - Responsabilizar-se por toda e qualquer má execução do serviço prestado;

8.9 - Manter-se durante a vigência do presente instrumento nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal e qualificação;

8.10 - Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo do Município, em decorrência da execução dos serviços, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

8.11 - Permitir a contratante fiscalizar os serviços durante a execução deles, caso seja necessário;

8.12 - A licitante vencedora deverá observar e fazer cumprir as normas regulamentadoras e legislações pertinentes.

8.13 - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante a contratada e com seus profissionais contratados, sendo da responsabilidade do contratado o deslocamento, estadia, alimentação, transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

8.14 - A empresa contratada fica na responsabilidade de realizar e entregar todos os serviços e acessórios e o que for parte complementar para conseguir as licenças ambientais.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

9.1 - Enviar Ordem de Serviço após aprovação da licitação.

9.2 - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante a contratada e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade deslocamento, estadia,

alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS

10.1 - Os recursos interpostos às decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitações somente serão acolhidos nos termos do Capítulo V da Lei nº 8.666/93, se dirigidos diretamente ao Prefeito, no prazo definido na lei e protocolado no Departamento de Protocolo do Paço Municipal ou por e-mail dentro dos prazos legais.

10.2 – Somente será objeto de apreciação recursos/impugnações previstos na Lei nº 8.666/93, quando devidamente protocolados no Departamento de Protocolo localizado no Paço Municipal, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min ou por e-mail.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ENCARGOS

11.1 – As despesas dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais correrão por conta da CONTRATADA, ficando esta, ainda, responsável pelo correto cumprimento da legislação de segurança do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÃO FINAL E FORO

12.1- A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, as supressões e ou aumentos que se fizerem necessários, até o limite de 25 % (vinte e cinco) por cento.

12.2 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.3- O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do Edital De Licitação nº 104/2021 Tomada de Preço nº 010/2021, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Tangará - SC ___/___/___

CONTRATANTE

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

FISCAL DE OBRAS
LARISSA VENDRUSCOLO

TESTEMUNHAS:

1 - _____

2 - _____

ANEXO XI
TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2021
TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO A SER CONTRATADO

- Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto e locação de loteamento de interesse social em área de 50.000m² no município de Tangará.
- O projeto contempla levantamento, estudo ambiental, projetos, aprovação das licenças ambientais e demais órgãos competentes.
- Os projetos deverão seguir legislação federal, estadual e municipal vigentes. As alterações necessárias para as aprovações dos projetos também é de responsabilidade da contratada.
- Segue tabela com detalhamento dos itens que devem ser entregues, inclusive com estimativa de quantitativo. As horas estimadas podem sofrer variações com relação às horas efetivas e as divergências que surgirem nestes quantitativos não acarretarão em aditivos após a contratação do serviço.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Levantamentos		
1.1	Análise de documentação do imóvel	Horas	6,00
1.2	Levantamento do Perímetro do imóvel poligonal classe III	m ²	50000,00
1.3	Levantamento Planialtimétrico cadastral	m ²	50000,00
2	Elaboração do pré-projeto		
2.1	Elaboração do pré-projeto geométrico	Horas	40,00
2.2	Elaboração do pré-projeto viário	Horas	30,00
2.3	Elaboração do pré-projeto pluvial	Horas	27,00
3	Elaboração do projeto definitivo		
3.1	Elaboração do projeto geométrico e terraplanagem	Horas	70,00
3.2	Elaboração do projeto pavimentação e acessibilidade	Horas	40,00
3.3	Elaboração do projeto pluvial	Horas	30,00
3.4	Elaboração do projeto hidráulico (aprovado pela CASAN)	Horas	30,00
3.5	Elaboração do projeto elétrico (aprovado pela CELESC)	Horas	30,00
3.6	Elaboração do projeto de esgoto sanitário	Horas	30,00
4	Elaboração de estudos ambientais		
4.1	Elaboração dos estudos ambientais	Horas	60,00
4.2	Aprovação da Licença ambiental prévia (LAP)	Horas	75,00
4.3	Aprovação da licença ambiental de instalação (LAI)	Horas	70,00

4.4	Aprovação da licença ambiental de operação (LAO)	Horas	50,00
4.5	Obtenção das licenças/supressão e congêneres	Horas	80,00
5	Implantação do loteamento		
5.1	Locação das áreas (aproximadamente 105 lotes)	Unidade	105,00
5.2	Locação e nivelamento viário (aproximadamente 8,500m ²)	m ²	8500,00

2 - JUSTIFICATIVA

- Um loteamento de interesse social é necessário para a instalação das casas modulares oferecidas pela defesa civil para os atingidos pelo tornado do dia 14 de agosto de 2020 e para os programas habitacionais que serão implantados no município.

3 - DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

- MODALIDADE: Pregão Presencial
- CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS: Menor Preço Global

4 - DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- Os projetos e documentos devem ser entregues conforme o cronograma:

Levantamentos	Prazo
Análise de documentação do imóvel	30 dias
Levantamento do Perímetro do imóvel poligonal classe III	30 dias
Levantamento Planialtimétrico cadastral	30 dias
Elaboração do pré-projeto	
Elaboração do pré-projeto geométrico	45 dias
Elaboração do pré-projeto viário	45 dias
Elaboração do pré-projeto pluvial	45 dias
Elaboração do projeto definitivo	
Elaboração do projeto geométrico e terraplanagem	90 dias
Elaboração do projeto pavimentação e acessibilidade	90 dias
Elaboração do projeto pluvial	90 dias
Elaboração do projeto hidráulico (aprovado pela CASAN)	120 dias
Elaboração do projeto elétrico (aprovado pela CELESC)	120 dias
Elaboração do projeto de esgoto sanitário	120 dias
Elaboração de estudos ambientais	

Elaboração dos estudos ambientais	180 dias
Aprovação da Licença ambiental prévia (LAP)	180 dias
Aprovação da licença ambiental de instalação (LAI)	180 dias
Aprovação da licença ambiental de operação (LAO)	180 dias
Obtenção das licenças/supressão e congêneres	180 dias
Implantação do loteamento	
Locação das áreas (aproximadamente 105 lotes)	180 dias
Locação e nivelamento viário (aproximadamente 8,500m ²)	180 as

- Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com a especificação constante neste Termo de Referência e na proposta, devendo o serviço ser refeito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- A empresa contratada fica na responsabilidade de realizar e entregar todos os serviços e acessórios e o que for parte complementar para conseguir as licenças ambientais.

5 - DOCUMENTAÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas.

6 - DO PAGAMENTO

- O pagamento se dará em duas etapas, sendo elas: 1ª etapa) 70% do valor do contrato após a entrega da Licença Ambiental de Implantação juntamente com os projetos geométrico, de pavimentação e pluvial; 2ª etapa) 30% do valor do contrato após a entrega da Licença Ambiental de Operação, juntamente com a aprovação dos projetos nos órgãos competentes.

7 - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL.

- 1 (um) ano, prorrogável por 6 (seis) meses.

8 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Atividade - 2029 CR – 51

E.D. 3.3.90.39.05

F.R. 0149

Tangará/SC, 01 de Julho de 2021.

ASSINATURA DO SECRETÁRIO